



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Comitês Gestores das contas dos programas de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba e das áreas de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas

ATA

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA

Data: 29 de abril do ano de 2024.

Horário e local: 9h30, por meio de vídeo conferência e presencialmente.

Presidência: Secretário Nacional de Segurança Hídrica – Giuseppe Serra Seca Vieira.

Quórum – Presentes

Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da Área de Influência dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas - CPR Furnas

I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

Giuseppe Serra Seca Vieira, como titular;

Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

Cristiane Battiston, como titular;

Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

Gustavo Goretti, como titular

IV - do Ministério das Cidades:

Representação ausente

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

Iara Giacomini, titular;

Alexandre Resende Tofeti, como suplente;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

Wilson Rodrigues de Melo Junior, como titular; e

Guilherme Silva de Godoi, como suplente;

VII - do Ministério dos Portos e Aeroportos:

Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo, como titular; e

Rafael Seronni Mendonça, como suplente; e

VIII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

Marcelo Fonseca, como titular.

Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba**I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:**

Giuseppe Serra Seca Vieira, como titular;

Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

Cristiane Battiston, como titular;

Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

Gustavo Goretti, titular;

IV - do Ministério das Cidades:

Representação não indicada.

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

Alexandre Resende Tofeti, como suplente;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

Guilherme Silva de Godoi, como titular; e

Wilson Rodrigues de Melo Junior, como suplente; e

VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

Igor Klaus Pinheiro Cavalcante Silva, como titular.

Participantes externos:

Rafael Henrique Serafim Dias, Ministério das Cidades;

Márcio Adalberto Andrade, Codevasf;

Dayana Alberto, Codevasf;

Felisberto Neto, Codevasf;

Rômulo Ribeiro, UnB;

Raimundo Fagner F. Vasconcelos, UnB.

Raimundo Dias Júnior, SURPI-PI;

Erick Elysio, SURPI-PI.

Verificado o quórum, considerados os comitês em separado para registro de presença, o Sr. Alexandre Saia, MIDR, na qualidade de presidente dos Comitês para esta reunião ordinária, deu início a reunião às 9h39, sugerindo alteração da pauta para apresentação de projetos da Codevasf.

Sr. Guilherme Godoi, MME, foi contrário à inversão de pauta e solicitou a discussão sobre fluxo de projetos para aprovação nos comitês. Indicou que não está claro qual tem sido o critério para seleção dos projetos a serem pautados nas reuniões dos Comitês, que isto precisa ser discutido com os membros para que se defina claramente e para que todos possam organizar os projetos em sua área de competência para apresentação ao Comitê. Relatou que o MME enviou em 24/04/2024 ao MIDR, para a Secretaria Executiva dos Comitês, Ofício do Secretário Nacional de Energia Elétrica do MME, Sr. Gentil Sá, com indicação de dois projetos associados ao Plano de Recuperação de Reservatórios do País - PRR para avaliação nesta reunião, subsidiada por Nota Técnica e demais documentos que respaldam as propostas,

enviando também a todos os membros por e-mail, e teve resposta negativa do MIDR sobre a inclusão das propostas nesta reunião. Em contrapartida, vários dos projetos pautados e que estão sendo colocados em avaliação, os documentos foram disponibilizados após a data de 24/04/2024 e incompletos. Sugeri que fossem agendadas reuniões preparatórias dos Comitês para avaliação preliminar das documentações das propostas a serem pautadas e aqueles que porventura não estiverem completos, não sejam pautados.

Sr. Marcelo Fonseca, ABEMA, não foi contrário a inversão da pauta, mas concordou com Sr. Guilherme Godoi com relação às necessidades de definição de um fluxo de apresentação e aprovação de projetos no âmbito dos comitês.

Posto em votação, deliberou-se pela inversão da pauta, com a Codevasf apresentando o projeto.

A Sra. Cristiane Battiston, Casa Civil, informou que, conforme acordado previamente, o trabalho de avaliação prévia dos projetos foi realizado pela Casa Civil conjuntamente com o MIDR, que resultou em um vulto elevado de projetos. Informou ainda que houve reunião entre os ministros Waldez Góes, Rui Costa e Jader Barbalho, para retomada de obras já paralisadas no âmbito do São Francisco e Parnaíba.

Sr. Guilherme Godoi, MME, questionou se outros ministérios componentes dos comitês foram convidados a participar. Não houve, manifestação positiva dos demais membros dos Comitês sobre a participação.

A Sra. Cristiane Battiston, Casa Civil, informou que foram reuniões de entendimento e que a Casa Civil, o MIDR e representantes do Ministério das Cidades participaram das agendas, mas que os demais membros dos Comitês não participaram.

O Sr. Guilherme Godoi, MME, ressaltou novamente a importância de agendamento de reuniões preparatórias dos Comitês, que a partir destas teria havido a discussão, detalhamento e nivelamento adequados das propostas pautadas. Houve concordância de outros membros dos Comitês sobre a necessidade destas reuniões preparatórias.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, convidado a iniciar sua exposição, apresentou conforme as fichas enviadas, em duas partes, projetos de revitalização e depois projetos de saneamento.

Sr. Guilherme Godoi, MME, questionou se a Codevasf, dado ter projetos evoluídos, não possuiria recursos.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, informou que a Lei Orçamentária Anual - LOA trouxe apenas 100 mil reais para a revitalização na bacia do São Francisco, não havendo recursos para implementação.

Sr. Guilherme Godoi, MME, questionou sobre os quatro primeiros projetos apresentados, que tratam de revitalização de bacias, se há encaminhamento técnico do MIDR para os projetos, por meio de elaboração de Nota Técnica avaliando a aderência da estratégia junto a esta política pública, de competência do MIDR. Indicou ainda que todas as propostas e projetos apresentados pelo MME aos Comitês foram respaldadas por Notas Técnicas e Ofícios do Secretário Nacional responsável pela política pública enviados ao MIDR, para a Secretaria Executiva dos Comitês. Recomendou que esta seja uma prática a ser adotada para todas as propostas e projetos pautados nos Comitês, buscando justamente evitar que haja conflito das propostas com ações em andamento nos Órgãos responsáveis pela política pública.

Sr. Guilherme Godoi, MME, questionou a Codevasf se os projetos citados tinham detalhamento de orçamento e demais documentos que subsidiam uma licitação, tendo em vista que os projetos já estavam nesta fase no âmbito da Codevasf. Foi respondido pela Codevasf que sim. Então foi solicitado que todos estes documentos sejam disponibilizados em anexo às propostas.

Sra. Iara Giacomini, MMA, secundou a opinião do MME, argumentando a necessidade colocada na Resolução nº 2, de se ter uma estratégia para os projetos, e a necessidade do georreferenciamento desses projetos, para fins de acompanhamento do território.

Sr. Alexandre Saia, MIDR, informou a presença da UnB para apresentar a proposta. No caso do Sr. Guilherme Godoi, um primeiro filtro é se a bacia é crítica de acordo com o PNRBH e suas diretrizes.

Sr. Giuseppe Viera, MIDR, disse que não há problema em realizar a Nota Técnica e se comprometeu que será elaborada pelo MIDR, com relação aos quatro primeiros projetos apresentados pela Codevasf, que tratam de revitalização de bacias. Indicou ainda que isso não é pré-requisito ao fluxo de apresentação de projetos. Solicitou que a Codevasf atualize os termos de anuência como requisito para a aprovação.

Sr. Irani Ramos, Casa Civil, esclareceu que todas as propostas serão preferencialmente realizadas com a contratação via Eletrobras.

A Sra. Cristiane Battiston, Casa Civil, corroborou e esclareceu que todas as ações em projetos executivos, e que a Codevasf oferta os projetos para a execução via Eletrobras.

O Sr. Alexandre Tofeti, MMA, ponderou que a Eletrobras necessita realizar a intervenção em acompanhamento com a Codevasf.

Sr. Guilherme Godoi, MME, concordou e solicitou que o Ofício encaminhado à Eletrobras com estes três projetos conste que sejam realizados em articulação com a Codevasf, que deverá fornecer todos os documentos necessários à contratação dos projetos.

Sr. Wilson Melo, MME, solicitou que essa informação de acompanhamento/coordenação esteja inserida no âmbito da proposta.

Colocado em deliberação pela secretaria executiva, os quatro projetos de revitalização da Codevasf foram aprovados de forma unânime. Passou-se a apresentação das obras de saneamento.

Na sequência iniciou-se debate sobre os projetos de saneamento apresentados pela Codevasf.

Sr. Irani Ramos, Casa Civil, colocou que as obras apresentadas são as que são da carteira da Codevasf e já estão iniciadas (38 de saneamento e 7 de abastecimento). Orienta que preferencialmente sejam executadas pela Eletrobras, mas que há casos nos quais a prefeitura já deve estar em execução e que, no caso concreto, portanto é possível que a Eletrobras atue como supervisora.

Sr. Gustavo Goretti, MAPA, solicitou esclarecimentos no formato de aprovação dos projetos, se seriam em bloco ou por projeto.

Sr. Giuseppe Viera, MIDR, destacou que essas propostas foram discutidas na coordenação da Casa Civil, com a participação do Ministério das Cidades, visando o não sobreposição de ações, e solicitou a apresentação da Codevasf sobre o tema.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, frisou que a Codevasf tem atribuição de realizar o saneamento, assim como a lei 9433/1997. Informou que desde 2021 a Codevasf não licita mais obras de saneamento básico, com decréscimo dos recursos alocados na empresa. Seguiu-se a apresentação de projetos.

Sr. Guilherme Godoi, MME, questionou sobre o pós finalização das obras, a quem será entregue o empreendimento e como será o custeio da operação, se isto está equacionado para todos. Questionou ainda se há impedimentos de licenciamento, fundiário, jurídico e demais entraves típicos desse tipo de empreendimento. Destacou que este tipo de discussão deveria estar sendo aprofundada em reunião preparatória sobre os projetos.

Sr. Irani Ramos, Casa Civil, informou que para São Félix do Coribe e Parnarama, identificou-se que os municípios solicitaram ao Ministério das Cidades recursos em um escopo de projeto muito similar ao que está na lista da Codevasf.

O Sr. Alexandre Tofeti, MMA, questionou sobre detalhamento do status de cada obra, para que fique claro o que exatamente significam os pontos nos quais os empreendimentos se encontram, para que seja possível avaliar e deliberar sobre o assunto. Considerou que é relevante ser mais estratégico sobre qual impacto esperado socioambiental de cada empreendimento, a fim de se alcançar a melhor oportunidade e conveniência.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, frisou que a Codevasf atualiza os projetos executivos e cadastros, mesmo sem recursos, a fim de que seja possível o financiamento por outras fontes.

Sr. Guilherme Godoi, MME, pergunta se todos são projetos ou se seriam propostas, conforme o Anexo II da Resolução nº 2. Destacou que várias propostas já aprovadas nos Comitês possuem recursos pequenos, pois são para detalhamento em projeto, e posteriormente retornarão para aprovação do

empreendimento. No caso destas, já há valores de projetos prontos, que, no caso poderão ser até ampliados após o detalhamento. Informou ainda que os projetos trabalhados pelo MME estão considerando a flexibilidade operativa, e que, embora a Codevasf tenha mencionado os projetos em flexibilidade, na listagem eles não restam claros. Solicitou detalhamento dos projetos em reunião técnica para analisar os projetos.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, informou que todas as propostas têm projeto, pois já estiveram em execução, há necessidade de atualização de custos e outras planilhas, estando prontas para contratação.

Sr. Gustavo Goretti, MAPA, solicitou esclarecimentos para diferença entre a execução física e a financeira dos projetos, pois considera que há discrepâncias importantes.

Sr. Márcio Adalberto, Codevasf, para o financeiro foi considerado valores históricos, não atualizados; e na execução física, a depender o tipo de projeto, caminha distinto da execução financeira e está estimado na data da paralisação.

Sr. Wilson Melo Junior, MME, disse que as propostas estão diferentes da apresentação, melhor redigidas. Considerou que a retomada de obras paralisadas precisa passar por revisão de projetos, que certamente revisará o valor final do empreendimento, não fazendo sentido aprovar o valor tão expressivo. Há questão de regularidade fundiária, licenciamento e sustentabilidade operacional que precisam ser vistas e analisadas a cada caso. Informou ainda que o MME está trabalhando em conjunto com a Eletrobras em algumas propostas com esta temática e que agregam flexibilidade operativa. Em pelo menos dois dos municípios citados há estudos em avaliação pela Eletrobras, e que seria prudente avaliar em conjunto em reunião técnica.

A Sra. Cristiane Battiston, Casa Civil, acredita que os valores devem realmente sofrer alterações, dado que a fase seria a de aprovação de propostas para a detalhamento, e assim conseguir visualizar os impactos, que vão além do setor elétrico, pois envolvem as questões de revitalização. Sugeriu que haja um grupo técnico para análise de cada proposta, que gere um relatório para o Comitê. Com relação os recursos, ponderou que os recursos financeiros estão em conta, e que os projetos em condições de aceleração de projetos para gerar resultados para a população.

Sr. Giuseppe Viera, MIDR, defendeu a importância do saneamento para o eixo de qualidade da água. Ponderou ainda por dois caminhos: a aprovação, com as considerações aos projetos para desenvolvimento da Eletrobras, como a questão de validação dos valores finais, de forma prévia à contratação, bem como a definição de condicionantes legais para o serviço, considerando o tipo de intervenção necessária a cada projeto.

Sr. Gustavo Goretti, MAPA, ponderou que todos os usos tenham distribuição mais equitativa, e que a aprovação de projetos em bloco como apresentado tomaria os recursos previstos para os próximos dois anos, da ordem de 600 milhões. Solicitou ajustes de proposta, menores recursos e requisitos para reativação da obra.

A Sra. Cristiane Battiston, Casa Civil, sugeriu alinhamento técnico entre as equipes, inclusive com Ministério das Cidades, para olhar conjuntamente de projetos e compatibilizar com a carteira levantada pelo MME.

Sr. Giuseppe Viera, MIDR, orientou que ocorra nova reunião, com participação já do Ministério das Cidades, a fim de se detalhar análise dos projetos apresentados.

Encaminhamento dado pelo Comitê, após deliberação, é realizar alinhamento e detalhamento técnico entre a apresentação dos projetos da Codevasf e o levantamento de projetos do MME, além da participação do Ministério das Cidades, para aderência da proposta com as políticas que ele coordena. Indicou-se como necessário que formalização ao Comitê de análise técnica do Ministério das Cidades sobre as propostas.

Passou-se à apresentação da Universidade de Brasília sobre projeto Monitorando Águas, pelo IAPEC, para realização do geomonitoramento das ações e referência técnica para tomada de decisão, considerando os dados georeferenciados.

O Comitê considerou que o projeto apresentado incide no escopo do trabalho da auditoria independente, e que deve ser cotejado com a auditoria para posterior avaliação sobre a pertinência do

projeto.

O Sr. Alexandre Tofeti, MMA, realizou informe sobre os ajustes nos projetos proposto pelo MMA, não havendo questionamentos por parte dos membros.

O Comitê deliberou pelo adiamento dos pontos restantes de pauta, em apresentações técnicas a agendar com a UFV e a representação do estado do Piauí.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Alexandre Saia, lavrei a presente Ata que será assinada eletronicamente.

Brasília, *data da assinatura eletrônica.*

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Presidente dos Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos

59000.021091/2023-64

4829042v1



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica**, em 14/05/2024, às 11:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5061456** e o código CRC **18CC4CC4**.